



ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS

ACÓRDÃO Nº:845/2008
PROCESSO Nº: 2007/6880/500313
REEXAME NECESSÁRIO: 2229
REQUERENTE: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
INTERESSADO: JOSEFA SERRA COTRIM

EMENTA: Saídas de Mercadorias Tributadas. Falta de Registro Nos Livros Fiscais. Redução da Base de Calculo Não Considerada - *Verificada, no curso processual, que a redução da base de cálculo em 29.41% não foi considerada para apuração do imposto exigido, deve ser reduzida a omissão de vendas de mercadorias tributadas, na mesma proporção.*

DECISÃO: Decidiu o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, no mérito, por unanimidade, em reexame necessário, confirmar a decisão de primeira instância, e absolver o sujeito passivo da imputação que lhe faz no valor de R\$802,52 (oitocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos). O Sr. Gaspar Maurício Mota de Macedo fez sustentação oral pela Fazenda Pública. Participaram da sessão de julgamento os conselheiros Raimundo Nonato Carneiro, João Gabriel Spicker, Juscelino Carvalho de Brito e Elena Peres Pimentel. Presidiu a sessão de julgamento do dia 26 de novembro de 2008, o conselheiro Mário Coelho Parente.

CONS. RELATOR: Raimundo Nonato Carneiro

VOTO: Deixou de recolher o ICMS na importância de R\$2.728,74 (dois mil, setecentos e vinte e oito reais e setenta e quatro centavos), referente à saída de mercadorias tributadas não registradas no livro próprio, presumido pelo saldo das receitas serem inferiores as despesas apresentadas, no valor comercial de R\$16.051,43 (dezesesseis mil e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos), relativa ao período de 01/01/2005 a 31/12/2005, conforme foi constatado por meio do levantamento financeiro.

O contribuinte é notificado por via AR, apresentando impugnação, aduzindo: que o levantamento não foi anexado ao processo, requerendo cópia do levantamento para análise.

A julgadora de primeira instância, em sentença, entende que a autuante se equivocou quanto à base de cálculo, quando deixou de aplicar a redução de 29,41%, como de direito, por se tratar de omissões apuradas no exercício de 2005, devendo prevalecer a importância de R\$11.330,70 (onze mil, trezentos e trinta reais e setenta centavos), referente à base de cálculo do imposto no valor de R\$1.926,22 (um mil, novecentos e vinte e seis reais e vinte e dois centavos), julgando procedente em parte



ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS

o auto de infração, condenando o sujeito passivo ao pagamento do crédito tributário no valor de R\$1.926,22 (um mil, novecentos vinte e seis reais e vinte e dois centavos), acrescidos das cominações legais, e absolvendo-o no valor de R\$802,52 (oitocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos).

A representação fazendária recomendou pela manutenção da sentença de primeira instância.

Em despacho nº 179/2008, a chefe de agência de atendimento, relata que o contribuinte parcelou o débito relativo à parte que foi condenada.

Em despacho do presidente do CAT, que considerando que o processo alcançou seu objetivo em relação ao valor condenado, ficou determinado o prosseguimento do feito tão somente em relação à parte absolvida no valor de R\$802,52 (oitocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos).

Do exposto, em razão de que estava em julgamento somente a parte absolvida, no mérito, em reexame necessário, voto para confirmar a decisão de primeira instância, e absolver o sujeito no valor de R\$802,52 (oitocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos).

É o voto.

PLENÁRIO DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS, aos
18 dias do mês de dezembro de 2008.

Presidente

Cons. Relator

Representante Fazendário